

Anais do II Colóquio de Acervos Privados e Pessoais: Caderno de Resumos

*Rio de Janeiro, RJ
08 e 09 de agosto de 2023*

Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais (LABAPP - Unirio)
Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP – Unirio)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor:

Vice-reitor:

Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais (LABAPP - Unirio)

Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP – Unirio)

Coordenadores do II Colóquio de Acervos Privados e Pessoais

Patrícia Ladeira Penna Macêdo (UNIRIO/UFRN)

Renato Crivelli Duarte (UNIRIO)

Comitê Científico

Carolina Gonçalves Alves - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC FGV)

Daniele Chaves Amado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC FGV)

Fabiana Costa Dias - Instituto Moreira Salles

Roberta Mociaro Zanatta - Instituto Moreira Salles

Designer Gráfico

Hugo Braga de Oliveira

Editoração dos Anais

Jacqueline de Araújo Cunha

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Renato Crivelli Duarte

Hugo Braga de Oliveira

II Colóquio de Acervos Privados e Pessoais © 2024 by Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais / Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais is licensed under [CC BY-SA 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

FICHA CATALOGRAFICA

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o Caderno de Resumos do II Colóquio de Acervos Privados e Pessoais, um evento que, em sua segunda edição, reforça o compromisso do Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais (LABAPP-UNIRIO) e do Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP - UNIRIO) em promover discussões aprofundadas sobre a relevância e os desafios que envolvem os arquivos pessoais e suas representatividades na contemporaneidade.

Neste ano, o Colóquio trouxe como tema central "Arquivos pessoais e representatividades", com o intuito de explorar as múltiplas dimensões que envolvem a preservação, organização e interpretação de acervos que refletem histórias, memórias e identidades individuais e coletivas. O evento foi realizado de forma 100% online nos dias 08 e 09 de agosto de 2023, permitindo a ampla participação de profissionais, pesquisadores e estudantes de todo o país.

A Conferência de Abertura contou com a presença da Professora Luciana Heymann, da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) que abordou o tema "Arquivo e representatividade: quem escreve ao presidente?", uma reflexão sobre a interação entre documentos pessoais e o papel que desempenham na memória e na história.

A programação incluiu ainda a apresentação de trabalhos em 2 Grupos de Temáticos (GTs), que abordaram a diversidade de enfoques no campo dos arquivos pessoais. O GT 1: Arquivos pessoais, política, memória e representatividade, composto por 9 trabalhos e o GT 2: Arquivos pessoais da teoria à prática, com 7 trabalhos.

Na Mesa Redonda, intitulada "Instituições de custódia e representatividade: o desafio da pluralidade de acervos e atores", tivemos a participação de Gabriel Alencar (Aperj), com a fala: "Da prostituição ao Arquivo: trajetórias e reflexões sobre o Fundo 'Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde'", e de Sylvia Couceiro (Fundaj), que apresentou: "Das elites às camadas populares: pluralidade e memória no acervo da Fundaj".

Para encerrar a o evento, tivemos a conferência da Professora Zélia Pereira, sobre "Procurando Alice na 'Arquivolândia': o caso dos arquivos de mulheres em Portugal", uma reflexão sobre os desafios e conquistas na preservação dos arquivos pessoais de mulheres, em âmbito internacional.

O evento ofereceu ainda 4 minicursos, que tiveram as vagas esgotadas em minutos e proporcionaram uma oportunidade de formação e atualização aos participantes, sobre diferentes aspectos da arquivística aplicada aos acervos pessoais.

É importante ressaltar que o Colóquio superou nossas expectativas em número de inscritos, alcançando a marca de 573 inscrições o que reafirma seu papel como espaço de encontro e troca de saberes, contribuindo para o fortalecimento das discussões sobre o papel dos arquivos pessoais na construção de uma memória coletiva representativa e diversa.

Por fim, acreditamos que esta publicação tem grande importância, pois nos permite registrar as reflexões e o intercâmbio de informações entre os profissionais que compartilharam suas pesquisas e trabalhos. Esperamos que ela contribua de forma significativa para aprofundar as discussões sobre os arquivos gerados no âmbito privado, promovendo novas perspectivas e reflexões no campo da arquivística.

Patrícia Ladeira Penna Macêdo

Renato Crivelli

Organizadores do II Colóquio de Arquivos Privados e Pessoais

Sumário

GT 1 - Arquivos pessoais, política, memória e representatividade	5
Marcas de proveniência em acervos pessoais: registros e memórias da coleção bibliográfica de Mário Ypiranga Monteiro	6
Os Dutra de Assis nas tramas de seus vestidos: um relato de experiências	9
Acervo Pessoal Ubiratan D'Ambrosio: documentos para a história de comunidades científicas matemáticas.....	11
Coleção Zila Mamede: um acervo privado preservado pela Biblioteca Central da UFRN	14
Acervos pessoais: a valorização da negritude no MPRJ	17
“Festejada escritora e poetisa laureada”: o tenentismo brasileiro no arquivo pessoal de Rosalina Coelho Lisboa.....	20
Alair Gomes, registros de um olhar	23
Os desafios entre o público e o privado dos documentos produzidos pelos Presidentes da República em dispositivos nato-digitais.....	25
(Des)arquivar livros de receitas: manuscritos femininos, escrita endereçada e memórias	28
GT 2 - Arquivos pessoais: da teoria à prática	30
O processo de identificação e a representação nos arquivos pessoais: o caso do fundo Jayme Tiomno	31
Mulheres no arquivo: relato de experiência de uma equipe feminina sobre o trabalho com os arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar no CPDOC (FGV)	34
Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas: o arquivo pessoal do ornitólogo Helmut Sick como estudo de caso.	37
Estados da memória: o cinema, a música e o jornalismo em arquivos pessoais de interesse público	40
A segurança da informação em arquivos pessoais no meio digital	43
Arquivos pessoais em bibliotecas: desafios no processo de organização do acervo Moacy Cirne	46
“Sempre gostei de bagunça”: os arquivos pessoais de Tunga	49
Programa do II Colóquio Acervos Privados e Pessoais.....	52

GT 1 - Arquivos pessoais, política, memória e representatividade

Marcas de proveniência em acervos pessoais: registros e memórias da coleção bibliográfica de Mário Ypiranga Monteiro

Beatriz Alves

Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas

RESUMO EXPANDIDO

A Biblioteca e Memorial Mário Ypiranga Monteiro, localizada dentro do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, conta com o acervo pessoal do escritor e pesquisador amazonense Mário Ypiranga Monteiro. O espaço é administrado pelo Departamento de Gestão de Bibliotecas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, vinculado ao Governo do Estado.

Com cerca de 15 mil volumes, o acervo possui desde objetos pessoais como instrumentos de pesquisa e escritório, troféus, medalhas, itens de arte sacra, além de uma coleção bibliográfica e iconográfica composta de livros, folhetos, manuscritos, periódicos, mapas, fotografias, cartas, entre outros documentos.

Mário Ypiranga nasceu em 1909 e viveu por 95 anos contribuindo para a pesquisa do folclore, cultura e história do Amazonas. Com mais de 200 títulos publicados, começou escrevendo ainda quando era estudante em 1927 em artigos de jornais e, mais tarde, em livros. Foi membro de diversas instituições de ensino e pesquisa não só do Amazonas, mas também de reconhecimento nacional e internacional.

Ao longo de sua trajetória de vida e pesquisas, o escritor amazonense reuniu um acervo pessoal com obras dos mais diversos assuntos, sempre em busca de novos conhecimentos, embora enfatizasse a Amazônia como o seu foco principal. Poderia ser considerado também um apaixonado por livros, ou seja, um bibliófilo, assim como podemos observar em perfis de colecionadores que buscam freneticamente uma nova obra para sua coleção na tentativa de saciar seus devaneios.

Como é bastante comum em acervos pessoais, cada item na coleção bibliográfica tem sua história e origem. O estudo que se dá pela forma de descobrir essa história e trajetória que um determinado livro percorreu até chegar em seu acervo atual é chamado de marcas de procedência/propriedade, ou marcas de proveniência bibliográficas.

Assim, as marcas encontradas nos livros podem ser de vários tipos: assinaturas, números, monogramas, iniciais, divisas, citações, emblemas, alegorias, desenhos, anagramas, ex-libris, super libris, ex-donos, dedicatórias, autógrafos, carimbos etc., e em diferentes suportes: papel, couro, pergaminho, tecido, entre outros. Grande parte dessas imagens ou textos que acompanham uma obra trazem um toque pessoal, que reflete a identidade daquele que foi seu proprietário, traços de seu caráter ou da sua vida, suas origens, suas paixões, seu trabalho, e muitas vezes nem mencionam seu verdadeiro nome. (Vian, 2020, p. 28).

Observamos na Biblioteca Mário Ypiranga muitas particularidades e peculiaridades em seu acervo. Podemos encontrar dos mais diversos tipos de marcas de proveniência e, além disso, marcas de propriedade deixadas pelo próprio Mário Ypiranga, tornando cada documento único e excepcional. A exemplo disso temos seus registros de leitura, onde ele fazia anotações e apontamentos no livro ou documento em que se estava lendo no momento. Talvez, por ter sido também professor, uma de suas principais características nessas marcas era o de fazer questionamentos e/ou correções, como se estivesse corrigindo o trabalho de seu aluno.

Muitas vezes as informações de proveniência em coleções de bibliotecas passam batidos por bibliotecários. Tais informações além de serem importantes para o conhecimento da origem desses documentos, contribuem para a história e memória local, ampliando a visibilidade das coleções e instituições, bem como a obtenção de recursos para a salvaguarda do acervo.

Palavras-chave: Acervos pessoais; Marcas de proveniência; Biblioteca e Memorial Mário Ypiranga Monteiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. P. **Do prazer de ler à arte de colecionar obras raras:** desvendando o percurso do leitor que se torna bibliófilo. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27804>. Acesso em: 15 maio 2023.

ANTONACCIO, Gaitano. **Mário Ypiranga Monteiro e Samuel Isaac Benchimol:** duas águas no paraíso amazônico. Manaus: Editora Rocha, 2000.

RODRIGUES, Marcia Carvalho et al. **Proveniência e biblioteconomia**: relato da pesquisa para a elaboração do glossário ilustrado de marcas de proveniência. In: FREITAS, Thiago Cirne (org.). Grupo de discussão em coleções especiais jurídicas: debates para o futuro do patrimônio bibliográfico no direito. Rio de Janeiro: GIDJ/RJ, 2022. *E-book*. Disponível em: https://www.gidjrj.com.br/wp-content/uploads/2022/07/113628_84411.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Márcia. **Marcas de proveniência bibliográfica**: um estudo sobre ex-libris. Rio Grande, RS: FURG, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9360>. Acesso em: 16 maio 2023.

Os Dutra de Assis nas tramas de seus vestidos: um relato de experiências

Elimar Cosme do Espírito Santo
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO EXPANDIDO

A presente proposta de comunicação se estrutura fundamentalmente e tem como ponto de partida minha formação e experiências profissionais enquanto historiador e arquivista. Assim, munido de conhecimentos teóricos e de experiências por vezes peculiares nestas áreas, assim como com de um arcabouço acumulado no decorrer de cursos acadêmicos que foram realizados e os estágios e atividades técnicas em âmbito profissional. A partir disso, já em momento de maior amadurecimento profissional, recebi o acervo pessoal de um dos ramos de minha família, os Dutra de Assis, oriundos da cidade mineira de Caranaíba. Com base neste conjunto de objetos pessoais vem sendo possível, então, para além dos tradicionais fascínios e apegos familiares que podem suscitar, a realização de uma miríade de reflexões teóricas nas áreas da Arquivologia e da História. Isso porque, chama atenção a variedade de conteúdo do conjunto, que vai desde documentos de terras e recibos até materiais escolares e, como é possível notar no título da proposta, inclusive fragmentos de vestidos tanto de noiva como de batismos. Diante disso, torna-se mister uma análise aparentemente básica, porém fundamental, em torno das seguintes questões: quais objetos são esses? Quais as características mais gerais e as mais específicas deles? Por que e como foram guardados? Por que foram

guardados estes e não outros de tipologias diferentes? O que desemboca em um ponto fundamental: qual a representatividade destes objetos? Representatividade para a família, para a(s) pessoa(s) que guardou, para o conjunto enquanto acervo arquivístico? Perguntas espinhosas de se refletir, já que suas respostas não se encerram apenas no conjunto arquivístico ou em cada objeto por si só. Daí, são necessárias também análises relacionadas a estas perguntas e aos agentes produtores do arquivo também: quem são (ou eram) tais pessoas? De qual procedência social e onde viviam? A partir de tantas questões e de amparos teóricos foram realizadas as reflexões acerca destes vestidos (que não se tratam de metáfora, como há pouco explicitado) e seus significados, representatividades e, acima de tudo, potencialidades

analíticas. Assim como foi feita reflexão não apenas sobre a situação pregressa do conjunto, ou seja, os fatores envolvidos em sua construção; mas também no que fazer a partir de agora em relação à sua organização, acondicionamento, preservação e, claro, catalogação. Chegando-se à conclusão de que tal conjunto e seus pertences são muito importantes para entender um pouco, pensando em escala micro, um pouco da história da família que o produziu. Tendo em vista que, se tratando de uma família rural com passado de posses, tornou-se possível notar na presença de livros escolares e acadêmicos, bem como no letramento mesmo de mulheres em época de grande analfabetismo, o fato de que, apesar de a família ter perdido influência econômica, ainda assim mantinha seu grau considerável de instrução mesmo das crianças. Assim como chegou-se à conclusão da necessidade de preservação e acondicionamento que não descaracterizassem a configuração original do acervo, a qual influiu de forma fundamental na produção do mesmo.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal, Relato de experiência, Representatividade

Acervo Pessoal Ubiratan D'Ambrosio: documentos para a história de comunidades científicas matemáticas

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo

Patrícia Sandalo Pereira

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Wagner Rodrigues Valente

Universidade Federal de São Paulo

RESUMO EXPANDIDO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar o APUA - Acervo Pessoal Ubiratan D'Ambrosio sob a guarda do Centro de Documentação do Grupo Associado de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação Matemática (GHEMAT-Brasil), localizado no município de Santos, em São Paulo. Justifica-se a apresentação desse acervo em virtude das potencialidades e riquezas de documentos que constituem o APUA.

O Prof. Ubiratan D'Ambrosio (1932-2021) realizou o Bacharelado (1954) e a Licenciatura (1955) em Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). Em 1963, tornou-se Doutor em Matemática na Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), com uma tese direcionada para o Cálculo das Variações e Teoria da Medida. Foi reconhecido por suas contribuições à História da Matemática e ao campo da Educação Matemática, ao receber o Prêmio Kenneth O. May, outorgado pela Comissão Internacional de História da Matemática, em 2001, e a Medalha Félix Klein, recebida em 2005, outorgada pela Comissão Internacional de Instrução Matemática.

Para além de atuar como professor-pesquisador em diversas universidades nacionais e internacionais, registra-se que a sua produção acadêmica consiste em mais de 250 artigos e livros publicados em múltiplos idiomas e locais, podendo-se ser considerado como um autor polivalente, em virtude de abordar diversas temáticas tanto para o ensino como em relação a formação de professores.

O processo de constituição do APUA, de acordo com Valente (2023), iniciou-se em vida, a partir dos anos 2000, quando o Prof. D'Ambrosio doou parte de seus

documentos ao GHEMAT-Brasil. Desde àquela altura, o inventário da documentação mostra a inclusão de literatura cinzenta, correspondências, recibos, e-mails, livros, transparências, discursos, projetos, manuscritos, entre outros, sendo assim, inventariado e organizado por membros do Grupo.

Valente (2023) pontua que após a morte do Professor Emérito Ubiratan D'Ambrosio “[...] novas e volumosas doações da documentação de D'Ambrosio, agora triplicando em volume o material já existente, anunciando uma nova e extensa fase de higienização, catalogação e inventário de milhares de documentos”.

Corroborar-se, nesse trabalho de constituição do APUA, com os dizeres de Bellotto (2004) na compreensão do que se entende como acervo pessoal, ou seja:

[...] como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cujas maneiras de pensar, agir, atuar e viver possam ter algum interesse nas respectivas áreas onde desenvolveram a atividade (BELLOTTO, 2004, p. 266).

A documentação do APUA evidencia o papel fundamental que teve o Prof. D'Ambrosio na constituição de algumas comunidades importantes ligadas à matemática brasileira, tais como: Sociedade Brasileira de História da Matemática, Sociedade Brasileira de Educação Matemática, grupos de Etnomatemática, dentre outras.

O APUA permitiu a elaboração, em 2023, de projeto de amplo espectro intitulado: *Ubiratan D'Ambrósio: itinerários da História da Matemática, da Etnomatemática e da Educação Matemática*, que objetiva-se analisar a documentação do Arquivo Pessoal Ubiratan D'Ambrósio (APUA), com o propósito de caracterizar saberes elaborados para a instalação de diferentes comunidades acadêmicas no Brasil (Educação Matemática, História da Matemática e Etnomatemática), e norteia pela seguinte interrogação: *Como foram elaborados os saberes iniciais de referência dessas comunidades?*

Em linhas de síntese, a partir de estudos dessa imensa massa documental constituinte do APUA, será possível analisar itinerários de Ubiratan D'Ambrosio no estabelecimento de diferentes comunidades científicas.

Palavras-chaves: Matemática; Fontes históricas; Literatura cinzenta; Cultura escolar; Centro de Documentação.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 2014.

VALENTE, Wagner Rodrigues. O APUA – Arquivo Pessoal Ubiratan D’Ambrosio. **ISGEm Newsletter**, v. 21, p. 11-13, 2023.

Coleção Zila Mamede: um acervo privado preservado pela Biblioteca Central da UFRN

João Carlos Florencio de Sousa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO EXPANDIDO

A Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mais conhecida como BCZM (Biblioteca Central Zila Mamede), carrega o nome da primeira bibliotecária do estado, bem como proeminente escritora potiguar, dentre suas obras, destacam-se: Rosa de Pedra, Salinas, O arado, Exercício da Palavra, Navegos, e A Herança, além das bibliografias de Luís da Câmara Cascudo e João Cabral de Melo Neto.

Como biblioteca universitária, a BCZM visa dar suporte a comunidade acadêmica, para isso dispõe além de seu acervo circulante, coleções especiais, dentre elas: as coleções de publicações de autores norte-rio-grandenses, a coleção de obras raras, e a coleção formada pelo acervo pessoal de Zila Mamede, tema do presente trabalho.

Zila Mamede possui uma obra literária considerável, no entanto, seu prestígio provém de sua contribuição à biblioteconomia potiguar. Bibliotecária pela Biblioteca Nacional, Zila atuou em diversas instituições do estado, com destaque para o Serviço Central de Bibliotecas da Universidade do Rio Grande do Norte, precursor da Biblioteca Central – a qual esteve à frente por seis anos – e a Biblioteca Estadual Câmara Cascudo, a qual dirigiu por dois anos. Ainda atuou elaborando e coordenando o primeiro curso para Auxiliares de Bibliotecas e foi professora do curso intensivo de Biblioteconomia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Natal.

Após o falecimento de Zila em 1985, a Universidade recebeu, a partir de 1987, de forma gradual proveniente da família Mamede, inúmeros documentos pertencentes à escritora, “dentre esses documentos, encontram-se livros de seu acervo particular e de sua autoria [...] objetos particulares, tais como: medalhas, fotografias, diplomas emoldurados, mobílias e objetos de trabalho [...]” (OLIVEIRA, 2019, p. 2) que compõem

uma sala no setor de coleções especiais, desenvolvida para abrigar os itens correspondentes à coleção Zila Mamede.

Os materiais que compõem a coleção citada, prioritariamente não costumam configurar os acervos das bibliotecas na atualidade, no entanto, inicialmente era comum que esses arquivos ficassem sob responsabilidade das bibliotecas, devido à tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis dos escritores.

Vale ressaltar que esta separação não é algo consensual, conforme demonstrou a pesquisa desenvolvida por Renato Pinto Venâncio (2016, p. 59) onde este afirma que os arquivos pessoais são custodiados por um universo bem amplo de instituições, incluindo bibliotecas, museus, centro de memória e documentação.

No contexto da BCZM a existência deste arquivo em seu repertório custodial justifica-se por representar sua relevância e riqueza em termos acadêmicos, culturais e bibliográficos, não só para a sociedade do Rio Grande do Norte, mas para todo o país, em virtude das inúmeras atividades por ela realizadas, algumas em parceria com personalidades literárias proeminentes no cenário nacional, Câmara Cascudo e João Cabral de Melo Neto.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir brevemente a relevância de um arquivo pessoal sob a guarda de uma instituição pública, neste caso, uma biblioteca universitária. Com caráter exploratório e descritivo, objetiva-se apresentar a produção técnica desenvolvida sobre o acervo em questão, bem como a produção intelectual proveniente deste acervo como forma de embasar o referencial teórico da discussão.

A importância do acervo privado de Zila em posse da BCZM está relacionada à preservação da memória institucional, administrativa e técnica, destacada pela presença de manuscritos da autora, que além de outros temas, versam sobre questões relevantes a construção de coleções da Biblioteca Central, ou, relacionada aos itens da coleção, o valor inestimável das cartas recebidas e expedidas por Zila, traduzidas gradativamente por bibliotecárias do setor de coleções especiais, aprofundando a vida e a relação de Zila com seus amigos, colaboradores e autores celebres da época.

Palavras-chave: Coleções especiais; Acervo privado; Zila Mamede; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

- BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE. **Histórico**. Disponível em: <https://sisbi.ufrn.br/biblioteca/bczm/sobre/historico>. Acesso em: 23 de maio 2023.
- OLIVEIRA, E. C. de O. C. Nas cartas de Zila... o silêncio que fala. **BiblioCanto**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 40–47, 2019. DOI: 10.21680/2447-7842.2018v4n1ID12930. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/12930>. Acesso em: 24 maio. 2023.
- VENANCIO, Renato Pinto. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p.59-73.

Acervos pessoais: a valorização da negritude no MPRJ

Nayara Cristina dos Santos

Mestranda em História – CPDOC/ FGV

Historiadora no CDM/MPRJ

Maristela Santana

Doutoranda em História – IH/ UFRJ

Historiadora no CDM/MPRJ

Deivson Sabadini Nascimento da Silva

Bacharel em Arquivologia – IACS / UFF

Arquivista no CDM/ MPRJ

RESUMO EXPANDIDO

A década de 1980 foi marcada pelo processo de redemocratização da política brasileira em profundo diálogo com a ebulição de movimentos sociais pautados por novos atores: mulheres, negros, homossexuais. Neste contexto, foi fundado em 1987 o Centro de Memória do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, atual Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior (CDM/MPRJ). Contudo, o desenvolvimento de uma metodologia de preservação da memória institucional e seus acervos é recente.

A revitalização do Centro de Memória, por meio de projetos de história oral, programas de entrevistas, visitas guiadas, recebimento e tratamento técnico de acervo tem ocorrido desde 2017, a partir da gestão “CDM: Há algo novo”, coordenada pelo Procurador de Justiça Márcio Klang e sob a supervisão técnica da historiadora Nataraj Trinta Cardozo. Este movimento, que busca descomplicar e aproximar a sociedade da instituição, tem se desenvolvido por meio da história pública, a partir das inerentes conexões entre a história do Ministério Público, do Estado do Rio de Janeiro e do contexto nacional mais amplo, sobretudo porque fomenta reflexões a respeito da preservação da memória e possibilita o mapeamento do acesso das camadas populares a espaços como este, de poder e decisão.

Perfil comum nas carreiras jurídicas, o MPRJ não fugiu à regra em relação à presença de homens, em sua maioria brancos, no seu quadro de membros (Promotores e Procuradores de Justiça). Este movimento tem sido transformado nas últimas décadas por meio do progressivo acesso de mulheres à instituição, atualmente

o MPRJ é constituído por maioria feminina. Entretanto, o marcador racial continuou a desejar.

No âmbito do MP, a busca por esses dados ocorreu a partir de esforços promovidos por algumas unidades estaduais e posteriormente em âmbito nacional pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O MPRJ, por sua vez, criou em 2019 o Grupo de Trabalho de Relações Étnico-Raciais (GT Raça / MPRJ), no âmbito da Assessoria de Direitos Humanos e Minorias, que colaborou no Censo MPRJ (2020), o primeiro da instituição, em que foi possível traçar seu perfil racial.

Participante do GT desde 2020, o CDM foi responsável pela realização da 12ª edição do programa Personalidades do MPRJ sob o tema “A valorização da negritude no MPRJ”. Por meio do projeto de história oral, foi possível reunir acervos pessoais e documentar trajetórias de membros negros na instituição a partir da década de 1980. Este movimento foi importante porque as pesquisas históricas e procedimentos técnicos de recebimento, oficialização de doação de acervo e tratamento arquivístico, evidenciaram uma quantidade mínima de tipos documentais que referenciem a passagem de membros negros pelo *Parquet*, a exemplo dos Procuradores-Gerais de Justiça Clóvis Paulo da Rocha (1908-1980) e Armando Prado (1880-1956), e do Curador de Menores Newton Marquês Cruz (1916-2001).

Por tudo isso, na 28ª edição do projeto História em Destaque, o memorial homenageará a Procuradora de Justiça Elizabeth Gomes Sampaio, de 69 anos - atualmente a única Procuradora de Justiça autodeclarada negra no MPRJ, em um montante de 180 membros no 2º grau. A ser veiculado no mês de julho, a edição celebrará o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha por meio da trajetória da Dra. Elizabeth, que ingressou no MPRJ em 1990, através de Concurso de Provas e Títulos, e desde então atua na área criminal.

Tendo em vista este cenário, a Divisão de Pesquisa e a Divisão de Acervo do CDM, objetivam relatar no **II Colóquio de Acervos Privados e Pessoais**, os esforços empreendidos no fomento à doação de acervo pessoal da Dra. Elizabeth, bem como de outros membros autodeclarados negros. A iniciativa busca contribuir com uma política de memória que combata a invisibilidade de grupos sub-representados

institucionalmente, promovendo uma política de memória mais inclusiva por meio da valorização da negritude.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais; Negritude; Ministério Público; História Institucional.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Paulina. **Termos de Inclusão: Intelectuais Negros Brasileiros no século XX**. Campinas: Unicamp, 2018.

ANDRADE, M. F. de; BRÜGGER, S. M. J.; PALHA, C. R. L. Culturas negras, memórias e consciência histórica: experiências de história pública. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 47, n. 2, p. e38998, 2021. DOI: 10.15448/1980-864X.2021.2.38998. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/38998> Acesso em: 2 jun. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CENTRO DE MEMÓRIA PROCURADOR DE JUSTIÇA JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JUNIOR. **CDM/MPRJ: Há algo novo**. Rio de Janeiro: MPRJ, 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/livrompcompletotofinal_alterado_.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

CENTRO DE MEMÓRIA PROCURADOR DE JUSTIÇA JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JUNIOR. **Ministério Público do Rio de Janeiro**, 2022. Linha do Tempo da história institucional. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-memoria/linha-do-tempo>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

OLIVEIRA, Luis Magno Veras. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

ROCHA, Célio Erthal. **Um olhar sobre o Ministério Público Fluminense**. 2. ed. Niterói: Nitpress, 2015.

“Festejada escritora e poetisa laureada”: o tenentismo brasileiro no arquivo pessoal de Rosalina Coelho Lisboa

Alessandra Nóbrega Monteiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO EXPANDIDO

Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) foi uma jornalista, escritora e ativista política brasileira, com forte atuação na primeira metade do século XX. De acordo com o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro assinado por Sílvia Pantoja, Rosalina foi filha de Luzia Gabizo Lisboa e de João Gonçalves Coelho Lisboa, um político republicano que atuou como deputado e senador pela Paraíba (PANTOJA, sem data). Em relação à sua vida privada, Rosalina casou-se três vezes e teve uma filha, fruto do seu primeiro casamento (PANTOJA, sem data). Dentre as pautas defendidas por Rosalina, destacam-se a maior intervenção das mulheres na política, o anticomunismo, o integralismo e o tenentismo (PANTOJA, sem data). Este aparece com notoriedade no seu arquivo pessoal, depositado sob a sigla RCL no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC), e corresponde ao tema do presente trabalho.

Diante disso, a nossa metodologia compreende a análise de documentos digitalizados do arquivo pessoal de Rosalina Coelho Lisboa (RCL), particularmente da série Correspondência (RCL c), que foram consultados virtualmente por meio do portal da FGV CPDOC. Para a abordagem da atuação política da titular junto ao tenentismo, debruçamo-nos sob o tema a partir de uma perspectiva atenta às condições e às relações de gênero, de raça e de classe, ou seja, embora tenha gozado de ampla atuação e participação política, Rosalina sofreu os ônus e os bônus de ser uma mulher, branca e de classe média alta no Brasil, traços que atravessam a sua documentação.

No que diz respeito ao tenentismo, este teve as suas atividades concentradas entre 1922 e 1934, intervalo no qual emergiu como um movimento de conspiração e como governo no Brasil (LANNA JÚNIOR, 2018). A agenda tenentista incluía a defesa da ordem e das instituições, o combate às oligarquias e a moralização política (LANNA

JÚNIOR, 2018). Nesse horizonte, o arquivo pessoal de Rosalina Coelho Lisboa reúne documentos que mencionam diversos eventos do tenentismo, como a Marcha dos Dezoito do Forte (1922), o Túnel Novo (1922) e o Levante de São Paulo (1924) (Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, FGV CPDOC, RCL c 1922.07.21, nº 1, 21 jul. 1922; Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, FGV CPDOC, RCL c 1924.11.16, 16 nov. 1924). Além disso, há correspondências da titular com Antônio de Siqueira Campos, líder tenentista e um dos grandes nomes da Marcha dos Dezoito do Forte (1922). Em um desses registros, o militante caracteriza Rosalina como “[...] festejada escritora e poetisa laureada [...]”, expressão que intitula o nosso trabalho (Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, FGV CPDOC, RCL c 1929.10.28, nº 2, 31 out. sem ano).

Enquanto adepta ao movimento tenentista, observamos que os documentos indicam que a titular cultivou uma militância política de cunho intelectual e mediador, expressada por meio de publicações de periódicos e pelo amplo diálogo junto a diversas autoridades nacionais, além de uma aproximação com Siqueira Campos. Isso torna-se evidente em um discurso de Rosalina Coelho Lisboa, transcrito pelo jornal *O Globo*, que resgata os ideais do tenentismo e a Marcha dos Dezoito do Forte (1922) em tom elogioso: “A revolução vos deu a possibilidade de uma pátria livre. A vós o poder de realizá-la. Esculpi-a de vosso Ideal!” (Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, FGV CPDOC, RCL c 1931.07.07, 07 jul. 1931, p. 4).

Apesar do acesso restrito das mulheres à política, Rosalina posicionou-se aberta, ativa e energeticamente a favor do tenentismo. Salvaguardados os recortes de raça e de classe, acreditamos que uma mulher tão ativa junto à militância política brasileira nas décadas de 1920 e de 1930 é, no mínimo, interessante. Por fim, cremos que o arquivo Rosalina Coelho Lisboa (RCL) pode contribuir para o amadurecimento dos campos da História Contemporânea do Brasil, sobretudo no que diz respeito ao período da Era Vargas (1930-1945), da Arquivologia e dos estudos de gênero.

Palavras-chave: Rosalina Coelho Lisboa; Arquivos Pessoais; Tenentismo; Era Vargas; FGV CPDOC.

REFERÊNCIAS

Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, FGV CPDOC: RCL c 1922.07.21, RCL c 1924.11.16, RCL c 1929.10.28, RCL c 1931.07.07. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 03 jun. 2023.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo oligárquico**: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 41 p. (Coleção O Brasil Republicano; 1). Formato: epub.

PANTOJA, Sílvia. Verbete: Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. [S. l.], sem data. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosalina-coelho-lisboa-larragoiti>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Alair Gomes, registros de um olhar

Lorrane Cristina Passos Sezinando
Fundação Biblioteca Nacional

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar a doação de um arquivo pessoal com conteúdo homoerótico à Biblioteca Nacional do Brasil e suas implicações na ampliação da diversidade do patrimônio público documental.

Os arquivos pessoais, aqueles recebidos, produzidos e acumulados por pessoas, no decorrer de suas vidas, podem registrar atividades diversas, como as do âmbito familiar, profissional, acadêmico, religioso, relações pessoais e/com instituições. São uma importante fonte de pesquisa historiográfica, com perspectivas fomentadas por seus produtores e contextos.

O ingresso de arquivos privados em instituições públicas confere aos mesmos a prerrogativa de salvaguarda, preservação e acesso. O ambiente que antes era privado torna-se público, com outras possibilidades de narrativas.

A Biblioteca Nacional do Brasil foi a primeira instituição cultural do país, de 1808. Possui como missão, a captura, preservação e difusão dos registros da memória bibliográfica e documental nacional. A aquisição desses itens, através de doação ou compra iniciou-se com os conjuntos documentais de homens públicos, majoritariamente brancos, de notório saber, acadêmicos e políticos.

Esse trabalho analisa, através de estudo de caso, a Coleção Alair Gomes, fundo arquivístico custodiado na Seção de Iconografia. O arquivo foi doado à FBN em 1994 e 2004 pelos herdeiros, Aíla Gomes (irmã) e Maurício Bentes (amigo). Alair de Oliveira Gomes, o produtor do arquivo, nasceu em 1921 e faleceu em 1992 e foi um exímio registrador de suas atividades profissionais, corriqueiras e íntimas. Graduou-se em engenharia, foi professor universitário, pesquisador independente, fotógrafo, crítico de arte etc.

A produção íntima de Alair reflete o seu olhar, o desejo, a admiração e o amor pelo corpo masculino materializado em diários íntimos, composições fotográficas, cartões postais, impressos, propagandas eróticas masculinas e outros. A coleção que

transita entre temas como, arte, religião, teatro, botânica, esporte, praia, e o cenário cultural carioca entre as décadas de 70 e 90, trazendo um conteúdo imagético e textual ainda não visto em outras coleções da Biblioteca Nacional.

A maior parte da acumulação e produção de Alair ocorreu durante a ditadura militar brasileira, período em que ele foi capaz de produzir em meio às instabilidades sociais e políticas do período. Com uma câmera fotográfica capturava da janela de seu apartamento jovens frequentadores da praia, um motorista limpando um carro, ou ainda convidava rapazes até seu apartamento para ensaios sem roupas. A adoração de Alair pelo corpo masculino registradas com palavras claras, firmes e presentes nos documentos textuais e fotográficos demonstra o cotidiano de um homem apaixonado por outros homens.

O Arquivo Alair Gomes é um conjunto que traz consigo a representatividade do corpo masculino, da nudez, do homoerotismo, das cenas explícitas e de textos frutos da imaginação. Podemos concluir, através desse conjunto documental, e dos temas nele representados, que o arquivo de Alair Gomes se diferencia do restante comumente salvaguardado na Biblioteca Nacional. Assim, essa representatividade contribui para ampliação e diversidade do patrimônio público documental nacional.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais; Biblioteca Nacional; Alair Gomes

REFERÊNCIAS

GOMES, Alair de Oliveira. **Arquivo Alair Gomes**. [S.l.: s.n.], 1897-2001. 16.000 cópias fotográficas em papel, 150.000 negativos 35 mm, documentos textuais (manuscritos e datilografados), cartões postais, fitas cassetes e recortes de jornais.

PEREIRA, Bruno. **Symphony of Erotic Icons: erotismo e o corpo masculino na fotografia de Alair Gomes**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150508>. Acesso em: 07 jun. 2023.

Os desafios entre o público e o privado dos documentos produzidos pelos Presidentes da República em dispositivos nato-digitais

Diogo Baptista Pereira

IBICT UFRJ

Gabriela de Souza Pascoal

PPGMA Fundação Casa de Rui Barbosa

RESUMO

Este trabalho objetiva debater os documentos nato-digitais, produzidos pelos presidentes da república, como de interesse público e pertencente ao patrimônio cultural brasileiro. Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo, exploratório e descritivo, realizada por meio de exemplos capturados das mídias sociais de ex-presidentes da república e de dois dispositivos legais: a lei nº 8.159, de 1991, e do decreto nº 4.344, de 2002, que normatizam os documentos produzidos pelo chefe do executivo nacional em caráter privado. Esses instrumentos só reforçam a importância dessa documentação para pesquisa científica e construção da memória coletiva. São documentos produzidos a partir das atividades de um servidor público, que ocupa o maior cargo do executivo nacional, um indivíduo que representa o país em diferentes esferas, ganhando destaque em meio ao lugar que ocupa, encarnando em si o Estado que governa.

Esses documentos são considerados presidenciais a partir da diplomação do titular do arquivo, independentemente de ter sido produzido ou acumulado antes, durante ou depois do mandato presidencial. A legislação não delimita bem o que seria um arquivo privado presidencial, deixando margens à interpretação. Assim como também não regulamenta a preservação, custódia e acesso após o exercício da função. A questão do público *versus* privado nesse âmbito é completamente dúbia, porque não podemos deixar de lado um direito básico que é o direito à intimidade e vida privada, expondo questões sensíveis do indivíduo pro mundo, mas também não podemos deixar de ter acesso a esses documentos produzidos por alguém que governou o país, representando o povo brasileiro.

Atenta-se para o uso das plataformas de mídias sociais, que são esquecidas e vistas como meras opiniões, mas que, vinda da autoridade máxima do país, têm

repercussão na política, na economia, nas relações diplomáticas com outros países e na sociedade brasileira. Entre elas as *lives* semanais no YouTube, as postagens no Twitter e Facebook.

Essas publicações, feitas durante o exercício de seu mandato, deveriam ganhar a mesma atenção e notoriedade que os demais documentos produzidos e que são de interesse social. Nessas postagens em mídias sociais contêm desde promessas de campanha, ações do governo, opiniões pessoais etc.

Conclui-se com isso que a lei se faz insuficiente também em relação aos novos fatos sociais e tecnológicos, como a comunicação por meio das mídias sociais. Não comportando a sociedade moderna, que produz e acumula documentos em diferentes suportes, com diferentes formas e intenções.

Palavras-chave: Arquivos pessoais presidenciais; mídia social; custódia; preservação

REFERÊNCIAS

ARDAILLON, D. Apresentação. IN: CALDEIRA, A. et al. **Documento privados de interesse público**: o acesso em questão. ed. São Paulo: Editora iFHC, 2005. p.7-22

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental – 4. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº8.394, de 30 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>
Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, C. L. Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 189-199, jul. 1998.

ESCARPIT, R. **Théorie générale de l'information et de la communication**. Paris: Hachette, 1976. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3360310c/f21.item>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, no 10, dez. 1993. p. 7-28.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5. nº10, 1992, p. 200- 212.

RONDINELLI, R.C. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. [S. l.]: Editora FGV, 2013.

(Des)arquivar livros de receitas: manuscritos femininos, escrita endereçada e memórias inscritas

Mariana Vogt Michaelsen

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Saber e sabor têm a mesma etimologia e “a escritura se encontra em toda parte onde as palavras têm sabor” (BARTHES, 2013, p. 22). No caso dos livros de receitas, o sabor desse arquivo (FARGE, 2022) mescla sabores culinários sentidos no paladar e saberes transmitidos de geração a geração, sobretudo entre mulheres. As receitas culinárias, assim, são o registro gráfico de um gesto: o cozinhar. As mãos que escrevem e folheiam as páginas amareladas dos livros de receitas são as mesmas que cozinham as receitas familiares, como se na repetição a memória-hábito (BERGSON, 2010) se inscrevesse. Ao longo do tempo, no entanto, as receitas são modificadas e novas receitas são escritas no verso da página do livro *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*, de Carolina Marcondes Porciúncula, este livro é o objeto de estudo de uma pesquisa sobre a escrita e a autoria de receitas culinárias. Os livros publicados para as alunas do curso de culinária de Carolina têm em suas alterações a marca de subjetividades outras, pluralizam a autoria de uma receita. A essas modificações – e em alusão à sentença de Barthes (2012): *ler levantando a cabeça* – as/os leitoras/os *cozinham levantando a cabeça* (MICHAELSEN, 2022), isto é, continuam a escrever as receitas culinárias, fazem novas associações e alterações. Os livros de receitas compõem um arquivo que está na cozinha. Lugar incomum para um arquivo? Os livros de receitas foram espaço de escrita para as mulheres do século XIX, que eram autorizadas a escrever receitas, cartas e diários, pois essas formas de escrita não eram vistas como uma ameaça ao patriarcado (PERROT, 1998). Segundo Michelle Perrot (1998) as cartas e os diários – como práticas de memória feminina – foram frequentemente queimados pelas próprias autoras. Os livros de receitas, por outro lado, se preservaram, apesar da proximidade com o fogo. Os armários das cozinhas, assim, não guardam somente panelas e utensílios, mas livros de receitas também. A proposta de (des)arquivar exemplares do livro de receitas *Quitutes da D^a Carolina*

Porciúncula: arte culinária tem o intuito de pensar como os sabres culinários se escrevem, inscrevem e circulam.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Livros de receitas; Memória; Receitas culinárias

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 2013.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2022.

MICHAELSEN, Mariana Vogt. **(N)o verso das receitas, uma página em branco: a escritura, a litura e a leitura de livros de receitas**. Dissertação (mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru (SP): EDUSC, 1998

GT 2 - Arquivos pessoais: da teoria à prática

O processo de identificação e a representação nos arquivos pessoais: o caso do fundo Jayme Tiomno

Isabel Cristina Borges de Oliveira
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Alfredo Tiomno Tolmasquim
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

RESUMO EXPANDIDO

A rápida ampliação do ambiente digital tem trazido inúmeros desafios e alterações na prática arquivística. E, um desses desafios diz respeito à construção de índices. Um tema que tem exigido estudo e reflexão. A própria Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) alerta que a indexação exige estudo, definição e avaliação periódica por parte da entidade custodiadora.

Além da indexação por assuntos (nomes de pessoas e entidades, eventos, áreas geográficas e períodos), é necessário refletir sobre o uso do contexto de produção para a definição dos pontos de acesso. Ele pode não estar explicitado no documento, mas ajuda a explicar as causas de sua existência. Outro aspecto a ser levado em conta são assuntos que não são necessariamente tema central do documento, mas que podem ser de especial interesse dos usuários.

Diante desta realidade, a discussão proposta está alicerçada no processo de organização do arquivo do físico Jayme Tiomno (1920-2010), doado ao Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), e faz parte do projeto *Institucionalização de arquivos pessoais: identificação, tratamento, acesso a novas fontes para a história da ciência*, cujo objetivo é o de aperfeiçoar a metodologia de institucionalização, processamento, preservação e disponibilização dos arquivos pessoais sob sua guarda. O acervo é composto por aproximadamente 40 mil documentos, entre textuais, iconográficos e impressos.

A metodologia de tratamento tem diferentes etapas: levantamento biográfico do titular; identificação dos documentos; definição do quadro de arranjo; descrição; e elaboração do inventário.

A primeira etapa está concluída e encontramos-nos na etapa de definição do quadro de arranjo e identificação dos documentos. A finalização do projeto será a construção do inventário e divulgação do seu acervo na base de dados da Instituição.

O arquivista, já na etapa de identificação, deve estar atento às questões que irão possibilitar a construção de um instrumento de recuperação da informação que atenda ao usuário. A elaboração dos índices é parte desse processo, e uma preocupação já no início da organização do acervo.

Jayme Tiomno foi um dos físicos mais importantes do Brasil: co-fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Física (CBPF), criador do grupo de física teórica do Instituto de Física da USP, primeiro diretor do Instituto de Física da UnB e diretor da Divisão de Física do CNPq. Tiomno foi casado com a física Elisa Frota-Pessôa.

Seu arquivo pessoal possui vasta documentação sobre o Instituto de Física da UnB, desde sua criação no início de 1965 até o pedido de demissão de Tiomno em outubro do mesmo ano em função da intervenção do governo militar na Universidade. Assim, a indexação deste dossiê também deve fazer referência ao contexto, no caso a ditadura civil-militar que governou o Brasil por 21 anos. O mesmo acontece em relação à sua aposentadoria compulsória da USP em função do AI-5.

Outro exemplo é a correspondência entre Jayme Tiomno e o físico José Leite Lopes. Entre os diversos assuntos discutidos, inclui as dificuldades para conseguirem uma bolsa (ou mesmo encontrar uma universidade) para Elisa Frota-Pessôa fazer sua pós-graduação nos Estados Unidos pelo fato de ser mulher. Assim, é importante indicar para o usuário que no referido dossiê são encontradas informações sobre as dificuldades enfrentadas por cientistas mulheres, material importante para estudos de gênero na ciência.

Os temas levantados nos exemplos acima afetam a elaboração de um instrumento de recuperação da informação. O arquivista deve perceber os contextos e inter-relacionamentos dos documentos e começar a pensar em como construir os índices de forma que reflita as relações existentes entre eles, entendendo que os descritores se comunicam em um processo dinâmico que precisa ser visto e compreendido dentro de uma relação orgânica e ser objeto de decisões teórico-metodológicas, e não simples ornamentos.

Palavras-chave: arquivo pessoal; indexação; pontos de acesso; contexto arquivístico

REFERÊNCIAS

BREWER, William Dean; TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno. **Jayme Tiomno: A Life for Science, a Life for Brazil** (Springer Biographies) Cham: Springer, 2020. 396 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

HAAS, Joan K.; SAMUEL, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Tripel. **Appraising the records of modern science and technology: a guide**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1985. 96p

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Projeto: Institucionalização de arquivos pessoais: identificação, tratamento e acesso a novas fontes para a história da ciência. **Plano de Trabalho**. Orientador: Alfredo Tiomno Tolmasquim. Agosto de 2023. 3p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Representação Arquivística: arranjo, descrição e definição do tipo documental. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; Silva, Maria Celina Soares de Mello e (Orgs.). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.70-78, 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação dos conteúdos informacionais nos acervos arquivísticos. In: Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, 2, 2007 Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, p.35-49, 2007.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, jan/jun, p. 21-43, 2009.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Indexação em coleções familiares: quais aspectos considerar? **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, jan/jun, p. 59-68, 2010.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística. In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 197-215. ISBN: 978-65-5954-129-4. Available from: <https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-11.pdf>. <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-266-6>.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivo de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012. 128p.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, jan/jun, p. 5-16, 2006.

Mulheres no arquivo: relato de experiência de uma equipe feminina sobre o trabalho com os arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar no CPDOC (FGV)

Rayssa Lisbôa França

Programa de Arquivos Pessoais (CPDOC-FGV);
Museóloga (UNIRIO. COREM 1304-I);
graduanda de Biblioteconomia (UNIRIO).

Isabela Puppim de Oliveira Ribeiro

Programa de Arquivos Pessoais (CPDOC-FGV);
graduanda de Museologia (UNIRIO).

Marina Bustamante da Silva Jaú

Programa de Arquivos Pessoais (CPDOC-FGV);
graduanda de Museologia (UNIRIO).

RESUMO EXPANDIDO

Se “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (PERROT, 1989, p.9), ao trabalhar com arquivos pessoais, perceber as lacunas e silêncios podem motivar novas visões sobre registros, cotidianos e memória.

Em virtude desse comum cenário, em 2015 a política de acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – Fundação Getúlio Vargas) foi atualizada, incluindo mulheres em seu recorte de maneira explícita.

Houve aumento no recebimento de arquivos de mulheres, sendo um movimento também muito associado pelo incentivo a diversidade nas hierarquias do Programa de Arquivos Pessoais - PAP. Neste resumo será enfatizado o trabalho desenvolvido com os arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar.

O CPDOC completa 50 anos em 2023, focado no objetivo de “reunir, organizar e divulgar o acervo de arquivos privados” (PAP | FGV-CPDOC, 2023). Desde 2000, a instituição se propõe a “informatizar o seu acervo”, em que atualmente mais de 50% estão disponíveis de forma gratuita para consulta *online*.

Além disso, houve a expansão de iniciativas voltadas para difusão e educação patrimonial, como Escola no Acervo – visitas escolares – e criação de conteúdo para as mídias sociais da instituição. Com isso, a influência de questões trazidas por novos públicos contribui na construção do cotidiano das atividades.

Somada a alteração da política, com o acúmulo de demandas durante o período da pandemia do Covid-19, pontua-se algumas mudanças metodológicas realizadas

pelo Programa, com o objetivo de tornar o fluxo de trabalho mais ágil, sem perder a precisão e com foco na difusão para o público.

A) A codificação completa, com número de série e dossiê, passou a ser realizada apenas no primeiro documento. Os demais itens recebem apenas a sigla referente ao titular do arquivo.

B) Prioriza-se a divisão em dossiês temáticos, o usuário e o acesso mais facilitado da informação. Para além das alterações, manteve-se o inventário como primeira etapa, seguido da elaboração dos arranjos. O arquivo da deputada federal Luiza Erundina de Sousa (LES) foi um dos primeiros a ser iniciado e finalizado nesta nova lógica.

Além disso, no projeto LES houve a elaboração de uma metodologia para tratar os documentos natodigitais. Embora o PAP tenha recebido ao longo dos anos vários itens deste mesmo formato, a quantidade de documentos doados neste caso demandou que novos parâmetros fossem decididos. Sendo assim, ainda em processo de construção, as experiências cotidianas têm sido levadas em conta para essa elaboração.

Outra discussão trazida pelo arquivo Erundina foi sobre a indexação e linguagem nas bases de dados. A plataforma Accessus – usada e desenvolvida pelo CPDOC – não contava com a flexão de gênero em substantivos como “prefeita”, “deputada” ou “vereadora” no banco de descritores, as palavras-chave atribuídas aos dossiês. É importante ressaltar que o acervo da Erundina não é o primeiro acervo de uma mulher com atuação política a ser tratado no CPDOC. Assim, destaca-se a majoritária presença feminina na equipe, o que impacta nas reflexões trazidas.

Por outro lado, Alba Zaluar (AZ) inclui-se na nova diretriz que aceita arquivos de cientistas sociais. Ela foi uma antropóloga brasileira referência em antropologia urbana e antropologia da violência, além de ter desenvolvido estudos sobre samba, carnaval e segurança pública.

O projeto AZ, iniciado em março de 2023, está sendo organizado pelas estagiárias, coordenadoras, em parceria com uma oficina ofertada aos alunos de graduação de Ciências Sociais (FGV-CPDOC) com o objetivo de introduzi-los à lógica de organização dos arquivos através da prática. Nessa dinâmica, Marília Zaluar – doadora e filha de Alba Zaluar – foi convidada para uma breve conversa,

aprofundando os conhecimentos da equipe para construção do arranjo.

Em suma, percebe-se como a diversidade das formações acadêmicas e socioculturais da equipe são relevantes durante a construção dos debates e no cotidiano de trabalho de cada arquivo.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Arquivologia; CPDOC FGV; Luiza Erundina de Sousa; Alba Zaluar.

REFERÊNCIAS

PAP | FGV CPDOC – Programa de Arquivos Pessoais | Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Arquivos Pessoais. **Acervo**. 2023. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>. Acesso em 26 de maio de 2023.

PAP | FGV CPDOC – Programa de Arquivos Pessoais | Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Política De Acervo Da Escola De Ciências Sociais Da Fundação Getulio Vargas (Fgv/Cpdoc)**. 2015. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/arquivos/202106/politica_de_acervo_da_escola_de_ciencias_sociais_da_fundacao_getulio_vargas.pdf. Acesso em 29 de maio de 2015.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 9, n. 18. 1989. P.09-18. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846 Acesso em 29 de maio de 2015.

Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas: o arquivo pessoal do ornitólogo Helmut Sick como estudo de caso.

Thiago Souza Vilela

Museu de Astronomia e Ciências Afins

RESUMO EXPANDIDO

A proposta deste estudo é identificar e discutir o tratamento dado aos objetos tridimensionais encontrados nos arquivos pessoais de cientistas, enquanto documentos arquivísticos, apresentando as soluções tomadas, no âmbito do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI), para classificá-los e inseri-los nos arranjos junto a outros gêneros documentais. A presença de objetos tridimensionais nos arquivos pessoais não é algo incomum, podendo aparecer em formatos distintos e relacionados a situações específicas, tais como o seu uso como objeto pessoal ou de trabalho ou decorrentes de homenagens. A classificação de objetos tridimensionais como documentos arquivísticos não é consensual entre museólogos e arquivistas, sendo sua aceitação, pelas respectivas áreas, variáveis de acordo com as suas características e informações que fornecem sobre o seu titular.

No arquivo pessoal do ornitólogo alemão, naturalizado brasileiro, Helmut Sick (1910-1991), cientista considerado como o principal expoente da ornitologia no Brasil, seja pela extensão de sua obra ou como autor de livro referência sobre as aves brasileiras, quanto pelo trabalho sistemático ao longo de mais de 50 anos de atividades realizadas no Brasil, hoje sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI), destacam-se documentos textuais, bibliográficos, iconográficos, comuns a acervos arquivísticos, que refletem parte da sua trajetória pessoal e profissional. Além dos documentos em suporte papel, se destacam dois grupos de objetos tridimensionais, o primeiro ligado diretamente ao seu trabalho de campo, como observador de aves, tratando-se de óculos de sol e binóculos, o segundo relacionado a homenagens recebidas por Sick pela excelência da sua atividade, representados por placas e medalhas.

O Arquivo de História da Ciência do MAST vem, desde a sua criação em 1985, elaborando e aperfeiçoando uma metodologia de organização de arquivos pessoais

baseada nas atividades e funções desempenhadas pelo titular do arquivo durante a sua vida nos âmbitos pessoal, acadêmico e o profissional. A classificação é feita levando-se em conta as informações dadas pela identificação dos documentos existentes no respectivo arquivo, além da biografia do seu produtor.

A manutenção de objetos tridimensionais nos arquivos pessoais de cientistas tem como funções a preservação do patrimônio da Ciência e Tecnologia, no caso de equipamentos e máquinas de uso pessoal de coleta de dados, e o fornecimento de informações sobre a sua trajetória de vida. No entanto, se fizermos uma análise comparativa entre documentos tridimensionais e textuais, perceberemos as diferenças nas formas de conservação, descrição e acondicionamento, aspectos que variam de acordo com a política de cada instituição de guarda.

No MAST, por existir as áreas de Museologia e Arquivologia independentes, os critérios relacionados com a descrição dos objetos e a forma de guarda, em espaços utilizados para documentos em papel ou para peças museológicas, são discutidos em comum, resultando daí um entendimento sobre a posição do objeto dentro do acervo MAST. Segundo Silva (2011, p. 32), quando os objetos estão relacionados às funções e atividades do titular, esses podem ser entendidos enquanto documento de arquivo, sem perder a essência de que o objeto tridimensional “pertence ao domínio da museologia”. A metodologia elaborada no Arquivo da História da Ciência prevê a inserção de documentos tridimensionais, dadas as suas características de forma e tamanho e a sua importância informacional para a compreensão de aspectos da vida do cientista.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Arquivologia; CPDOC FGV; Luiza Erundina de Sousa; Alba Zaluar.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Vol. 45, nº 2. Belo Horizonte, jul./dez. 2009, pp. 26-39.

GOMES, Michele de Almeida; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. **Arquivo & Administração**, v. 10, n. 1, 2011.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Acervo Arquivístico**. Helmut Sick. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/helmut_sick.html>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivo de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012. 128p.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192 p.

VILELA, Thiago Souza. A importância dos documentos tridimensionais do acervo do Helmut Sick como patrimônio material e imaterial de c&t. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 5; 2022, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2022. p. 192-193. Disponível em: <http://site.mast.br/vspct/livro-resumos-2022.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2023.

Estados da memória: o cinema, a música e o jornalismo em arquivos pessoais de interesse público

Clara Pereira
PUC-Rio

Elizama Almeida
Universidade de Coimbra

Joana Passi
PUC-Rio

RESUMO EXPANDIDO

Frequentemente, indivíduos tomam para si mesmos a organização, guarda, arranjo e tratamento de coleções produzidas pela própria pessoa ou por algum membro da família. É a partir desse terreno pessoal e doméstico que, muitas vezes, os documentos são, posteriormente, direcionados a instituições.

A presente pesquisa se insere justamente no lado de dentro de quatro casas, observando as formas de organização, arranjo e gerenciamento de coleções de interesse público guardadas no ambiente doméstico.

Para isso, selecionamos casos de arquivos pessoais das áreas de cinema, música e jornalismo, buscando analisar seus estados de memória, de que forma estão organizados e como convivem com outros cômodos e funções da casa.

O primeiro trata-se do arquivo de Tetê Moraes (1943-), diretora e roteirista exilada na ditadura militar, cuja atividade está intrinsecamente ligada à história do cinema brasileiro. Seu acervo está em ambiente doméstico não adaptado e inclui *slides*, documentação de projetos audiovisuais, negativos, fotografias, fitas VHS e K7.

O segundo caso trata de um dos mais importantes saxofonistas e clarinetistas brasileiro, Paulo Moura (1932-2010), cujo arquivo permanece sob os cuidados de Halina Grynberg, psicanalista e viúva. Formado por cadernos de estudo, partituras, fotografias e áudios, seu acervo ocupa um cômodo separado da casa que foi adaptado e climatizado por uma equipe de técnicos e arquivistas.

O terceiro caso é o do acervo de Rachel Valença (1945-), colecionadora e pesquisadora carioca, cujo interesse duplo por samba e literatura fomentou a formação intencional de uma coleção expressiva sobre os temas. Sua casa tem recebido pesquisadores, tornando-se uma espécie de centro de referência nesses assuntos.

A última análise é a do acervo de Geneton Moraes Neto (1956-2016), jornalista pernambucano que registrou episódios fundamentais da vida política e cultura brasileira, expressos em materiais audiovisuais e documentais, como cadernos, manuscritos e correspondências com diversas figuras eminentes, como Fernando Collor, Itamar Franco, Nelson Rodrigues, Caetano Veloso, entre outros.

Para analisar esses quatro perfis de acervos, a pesquisa usa uma tripla metodologia: visita aos espaços; registro fotográfico do estado de cada um dos acervos e do contexto em que estão inseridos (cômodos, gavetas, caixas); e entrevista em vídeo com os detentores e produtores do material, a fim de compreender a procedência, a formação das coleções e a proposta de organização adotada.

Algumas reflexões guiam essa proposta: como cuidar e, ao mesmo tempo, difundir a história que está na gaveta de casa? Com a sobrecarga de algumas instituições de guarda, em termos de espaço e limitação de recursos e funcionários, como pensar políticas que deem suporte para preservação de arquivos pessoais domésticos? Quais são os estados da memória cultural? Quais características dos arquivos pessoais guardados em ambiente domiciliar beneficiam o trabalho dos pesquisadores e quais características ameaçam sua sobrevivência?

Embora sejam de naturezas diferentes, os arquivos de Tetê Moraes, Paulo Moura, Rachel Valença e Geneton Moraes nos permitem refletir, de forma mais expandida, sobre coleções pessoais que permanecem em casa, mas que contam um pedaço da história cultural brasileira de interesse coletivo.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Estado da memória; Ambiente doméstico; Práticas de preservação

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida, **Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural**, 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana, **Centros de memória: Uma proposta de definição**, 1ª edição. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

COX, Richard J., **Arquivos Pessoais: um Novo Campo Profissional: Leituras, Reflexões e Reconsiderações**, 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2017.

GOMES, Ângela Maria de Castro, Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados, **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121–128, 1998.

HAMILTON, Carolyn *et al* (Orgs.), **Refiguring the archive**, Dordrecht: Springer Science+Business Media, 2002.

MESQUITA, S., Conservação preventiva e reservas técnicas: ainda um desafio para as instituições, *in*: **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**, Salvador: EDUFBA, 2012, p. 67–77.

PEREIRA, Clara Lopes; ALMEIDA, Elizama, Acervos literários digitais ou O pesquisador como artista: Notas sobre uma caderneta de Clarice Lispector, **Scriptorium**, v. 8, n. 1, p. e42314–e42314, 2022.

RIBAS, Elisabete Marin; ESCOREL, Laura, **Os arquivos pessoais de Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido**, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 275–289, 2020.

A segurança da informação em arquivos pessoais no meio digital

Karine Girelli Araldi

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Mateus de Moura Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

RESUMO EXPANDIDO

Com a Segunda Revolução Industrial (1870-1914), a informação passou a estar contida, também, no ambiente digital que vinha se tornando cada vez mais presente no cotidiano, seja nas pessoas jurídicas (empresas) ou físicas, surgindo um novo conceito, o documento digital. Com ele, a preocupação dos arquivistas para gerir esses documentos foi crescendo e a preocupação para manter sua segurança também.

Entretanto, essas informações não são exclusivas das instituições, como mencionado, os indivíduos também estão altamente ligados as tecnologias e produzem documentos a partir de uma atividade, tornando-os, da mesma forma, documentos arquivísticos e digitais. Do mesmo modo que os documentos institucionais precisam manter sua integridade, autenticidade e confidencialidade, os pessoais também necessitam.

Juntamente com o fácil e rápido acesso aos documentos e a tramitação de informação causada pelo avanço, alcance e acesso das tecnologias, também se tornou mais fácil o roubo e/ou interceptação dessas informações, podendo causar a perda das características citadas anteriormente ou ainda, do próprio documento.

A partir disso, passaram a serem desenvolvidas diversas ferramentas para garantir ao máximo a segurança, mesmo que sempre haja a possibilidade de ocorrer problemas, as quais, sua aplicação está comumente relacionada a arquivos institucionais, entretanto, é possível vê-las em arquivos pessoais, sejam de uma pessoa física ou centros de documentação, por exemplo.

A partir disso, pergunta-se quais são as formas e mecanismos para manter a segurança da informação dos documentos digitais? Como essas ferramentas atuam com relação aos arquivos pessoais? E, ainda, como essas questões se dão nos arquivos pessoais digitais?

Dessa forma, buscou-se analisar os métodos e legislações de segurança da

informação em meio digital para arquivos pessoais através da investigação dos mecanismos de segurança para tal acervo e a compreensão da importância e conceito sobre segurança da informação para os documentos arquivísticos digitais. Para isso, foram observadas e examinadas as diversas facetas desse tema por meio de uma pesquisa bibliográfica com o auxílio de fichas de leitura.

Com base nisso, foi identificado que os mecanismos estão voltados mais para a questão técnica, como a assinatura digital, enquanto que as políticas de segurança trazem uma visão mais empírica, abrangendo as diversas áreas do contexto organizacional de maneira adequada (MARCIANO, MARQUES, 2006, p. 89).

Contudo, é perceptível a falta de cuidado, porém confiança, por parte das pessoas com relação às suas informações, seu acervo digital, confiando nas opções dadas pela sociedade como um todo, mas não preocupar-se com eles (ABREU, 2017, p. 101), o que pode gerar problemas futuros para os centros de memória e afins quando for feita a aquisição.

Portanto, zelar pela informação é encontrar mecanismos e políticas, levando em conta os indivíduos produtores e os usuários, e buscar meios de conscientizá-los sobre os métodos empregados para manter a segurança, seja da informação, seja da privacidade dos próprios indivíduos. A segurança da informação é importante, pois abrange e garante todos esses fatores, desde a criação de mecanismos e políticas de segurança até a conscientização da mesma para as pessoas, deixando de ser algo apenas técnico, mas desenvolvendo e pesquisando novas formas de proteger o que, atualmente, pode ser considerado o agente mais importante para a humanidade, a informação.

A segurança da informação vem deixando de ser apenas algo técnico para ministrar políticas e o fator humano, entretanto, diferente das instituições, os acervos pessoais não possuem grande compreensão referente à proteção de seus dados ou imagem e preferem confiar nas estruturas de segurança propostas por terceiros.

Porém, muitas vezes, isso pode não ser o suficiente e causar a perda, corrupção ou uso indevido por pessoas de má-fé.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Arquivo pessoal digital; Segurança da Informação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Phelipe Lira De. **Existir em bits**: gênese e processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão e seus desafios à teoria arquivística. Orientador: Aline Lopes de Lacerda. 2017. 162 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/10837/Jorge%20Phelipe%20Lira%20de%20Abreu.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MARCIANO, J. L. P.; LIMA-MARQUES, M. O enfoque social da segurança da informação. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 3, 2006. DOI:10.18225/ci.inf.v35i3.1116. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/20312>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Arquivos pessoais em bibliotecas: desafios no processo de organização do acervo Moacy Cirne

Cristiane Severo da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Beatriz Pereira Meirelles Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Patrícia Ladeira Penna Macedo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO EXPANDIDO

A Fundação Cultural Capitania das Artes, localizada em Natal/RN, abriga a Secretaria de Cultura do município, desempenhando papel fundamental no planejamento e implantação de políticas de incentivo à cultura local. Em suas instalações está a Biblioteca Pública Municipal Esmeraldo Siqueira, subordinada ao Departamento de Patrimônio Cultural e administrada pela Prefeitura de Natal.

A biblioteca possui um acervo diversificado, que inclui periódicos, vinis, quadrinhos, fotografias e livros, abrangendo uma variedade de assuntos com ênfase especial nas obras de autores locais. Um destaque importante é a presença do acervo pessoal do poeta potiguar Moacy Cirne.

Moacy Cirne, nascido em 1943 no Seridó do RN, foi um escritor, pesquisador, teórico, artista visual e professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (MEDEIROS, 2017), atuando até 2002 como diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS-UFF) - que hoje possui a Sala Moacy Cirne em sua homenagem. Apresentou grande relevância cultural ao participar do lançamento do movimento literário vanguardista e revolucionário do Poema/Processo em 1967 nas cidades de Natal e Rio de Janeiro. Considerado o maior estudioso brasileiro das histórias em quadrinhos no Brasil (MEDEIROS, 2017), produziu inúmeros livros sobre o assunto; editou e distribuiu um fanzine independente chamado “Balaio Porreta”, que posteriormente se converteu no Blog “Balaio Vermelho”, unindo textos provocativos, listagens de filmes, pensamentos e poesias. Em 2009, reconhecendo sua contribuição para a cena artística potiguar, o Governo do Estado criou o Prêmio Moacy Cirne de Quadrinhos, a fim de incentivar a produção de artistas independentes. Cirne

faleceu em 2014, em Natal, deixando vasto legado cultural e um rico acervo, posteriormente doado para a Biblioteca Pública Municipal Esmeraldo Siqueira.

O material, vindo do Rio de Janeiro, chegou a Natal em outubro de 2020, doado pela família por intermédio de uma das filhas do autor. Durante um mês, ela colaborou e acompanhou a equipe de funcionários e estagiários do Departamento de Patrimônio e da Biblioteca que ficou responsável pelo processo de organização do acervo, iniciado com um mutirão de higienização e separação dos materiais por categoria. Em seguida, foi realizado o inventário manual, a classificação e etiquetagem dos livros. Posteriormente, os livros foram digitados em uma tabela e os quadrinhos foram acondicionados em caixas arquivo, enquanto as revistas foram armazenadas em porta-revistas, todos identificados. O acervo inclui correspondências, agendas, cadernos, periódicos, CDs, fotografias, cordéis, fichários e uma máquina de escrever, totalizando cerca de 8 mil itens. Atualmente, apenas os livros, revistas, cordéis e quadrinhos estão disponíveis ao público. A outra parte do acervo encontra-se em uma sala reservada, aguardando organização e acomodação adequadas.

Pensar a organização de um arquivo pessoal em uma biblioteca mostrou-se um desafio, principalmente em virtude da tipologia documental encontrada. Tradicionalmente bibliotecas são espaços reservados para custódia de coleções de livros e outras espécies documentárias produzidos em grande quantidade, conforme afirmou Cunha e Cavalcanti (2008) o que se difere da concepção de documento de arquivo, que em sua característica é único e partir do seu contexto de produção (BELLOTTO, 2006).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o acervo Moacy Cirne destacando sua importância para o patrimônio e a identidade potiguar. Pretende-se também identificar as diferenças e aproximações entre material bibliográfico e documentos de arquivo, bem como demonstrar as tomadas de decisão direcionadas para o processo de organização do acervo Moacy Cirne, algo de grande

importância para a área, pois conforme afirmou Cook (2012) faz-se cada vez mais necessário que os profissionais divulguem suas atividades corriqueiras e cotidianas no tratamento de acervos.

Palavras-chave: Moacy Cirne; arquivos pessoais; bibliotecas públicas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos

conceitos. **Informação Arquivística**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, out. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

G1. **Estudioso dos quadrinhos, poeta e professor Moacy Cirne morre no RN**. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/01/estudioso-dos-quadrinhos-artista-visual-moacy-cirne-morre-em-natal.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Reserva Sala Moacy Cirne – Casarão**. Disponível em: <http://iacs.sites.uff.br/?s=sala+moacy+cirne>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MEDEIROS, Alberione da Silva. **Dos processos do poema ao poema/processo**: o vanguardismo semiológico de Moacy Cirne. 2017. 161f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25656>. Acesso em: 09 jun. 2023.

“Sempre gostei de bagunça”: os arquivos pessoais de Tunga

Martina Benassi
Instituto Tunga

Priscila Rosa Martins
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO EXPANDIDO

Diante da necessidade de comprovar um ato, evento ou a autoria de uma produção, recorre-se a documentos oficiais. A depender da solicitação, uma certidão de nascimento é exigida como forma de atestar o assentamento civil, mas outros registros podem ser utilizados, como a conta de energia elétrica para ratificar o domicílio. Esses dois exemplos ilustram situações em que são apresentados registros documentais oficiais que possuem respaldo legal, seja ele um carimbo, um brasão, logotipo ou a assinatura de um(a) certificador(a). Eles possuem elementos que, ao serem identificados, garantem a autenticidade do registro (TOGNOLI, 2018). Entretanto, há casos em que é preciso dispor de itens pouco convencionais e que integram os arquivos de pessoas (CAMARGO, 2009).

O conteúdo desses conjuntos documentais é capaz de revelar os percursos de diferentes objetos e narrativas, confirmando atos ou assegurando os aspectos individuais de determinada produção intelectual. Nesse contexto, as produções artísticas, enquanto resultado de um processo criativo, particular e único, são exemplos que podem não dispor de registros oficiais de sua origem e elaboração. Assim, com o objetivo de exemplificar o uso de arquivos pessoais, será apresentado o trabalho realizado no setor de arquivos do projeto de elaboração do catálogo raisonné do artista plástico Tunga (1952-2016).

No Instituto Tunga, foi formada uma equipe multidisciplinar para a elaboração do catálogo raisonné no início de 2021. Além de quatro museólogos e uma bibliotecária, uma arquivista está responsável pelo setor de arquivos de forma a auxiliar no processo de identificação de esculturas, desenhos e performances que compõem o acervo e não possuem registro de autoria.

O presente trabalho relata a experiência profissional no Instituto, destacando os

usos dos arquivos pessoais do artista de forma a assessorar o processo de identificação. Destacam-se, entre os documentos, os gêneros textual (cartas, telegramas, e-mails, recortes de jornais, cadernos, registros avulsos manuscritos) e iconográfico (fotografias analógicas). A exemplo de seus usos, citam-se os cadernos de artistas, meio utilizado por muitos artistas para registrar ideias, processos, mas também anotações íntimas e cotidianas. Autor da icônica frase: “Sempre gostei de bagunça. Não de ordem nem desordem. Bagunça. O que tenho a mão vou mexendo até perder, pra depois achar de novo” (INSTITUTO TUNGA, 2022), Tunga acumulou e preservou um intrigante e complexo universo documental a ser desvendado. E, a partir da catalogação de sua *bagunça* arquivística, ainda que o projeto esteja em andamento, já foi elaborada uma lista com 75 obras desconhecidas do artista, o que possibilita atestar a relevância dos *papéis perdidos* de um arquivo pessoal, permitindo, nesse caso, que se encontre um novo Tunga a cada descoberta, auxiliando na elaboração do catálogo raisonné.

A realização das atividades no setor de arquivo viabilizou a construção da linha do tempo do artista como forma de mapear as intenções sobre um projeto, sua produção e materialização; um roteiro da participação dele em exposições, bienais, feiras, eventos de premiações em concursos; registro das transações de compra e venda, doações, relação de galerias, museus e colecionadores de suas obras; processos de restauros e diferentes versões de um trabalho artístico central.

O término do projeto do catálogo é previsto para o fim do ano de 2023. Nesse ínterim, as características dos documentos arquivísticos são evidenciadas ao dispor de elementos que comprovem as ações e os eventos que envolvem a atuação pessoal e profissional de Tunga.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais; Arquivos de Artistas; Tunga; Catálogo Raisonné; Caderno de Artista.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, jul./dez. 2009.

INSTITUTO TUNGA. **Relatório de atividades ano I, 2021 - 2022**. Rio de Janeiro, 2022. 68 p.

INSTITUTO TUNGA. **Tunga Oficial**. Disponível em:
<https://www.tungaoficial.com.br/pt/tunga/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 6, abr. 2018.

Programa do II Colóquio Acervos Privados e Pessoais

08 de Agosto de 2023

Conferência de Abertura, às 19:00h

Luciana Heymann - Título: "Arquivo e representatividade: quem escreve ao presidente?"

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/EPiFgX48Ns8?feature=share>

09 de Agosto de 2023

**Apresentações GT 1: Arquivos pessoais, política, memória e representatividade -
Coordenação: Carolina Gonçalves Alves (CPDOC/FGV) e Daniele Chaves Amado (CPDOC/FGV)**

Bloco 1 às 09:30h

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/OzNsnYaOnGA?feature=share>

Bloco 2 às 14:00h

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/k4CzmZHgsP4?feature=share>

Mesa Redonda “Instituições de custódia e representatividade: o desafio da pluralidade de acervos e atores”, às 19:00h

Gabriel Alencar (Aperj) - Título: Da prostituição ao Arquivo: trajetórias e reflexões sobre o Fundo “Davida – Prostituição, Direitos civis, Saúde”

Sylvia Couceiro (Fundaj) - Título: Das elites às camadas populares: pluralidade e memória no acervo da Fundaj.

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/Bny4J6SCMLg?feature=share>

10 de Agosto de 2024

**Apresentações GT 2: Arquivos pessoais da teoria à prática às 14:00h -
Coordenação: Fabiana Costa Dias (IMS/RJ) e Roberta Mociaro Zanatta (IMS/RJ)**

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/1osJgouvhqM?feature=share>

Conferência de encerramento, às 18:30h

Zélia Pereira - Título: “Procurando Alice na "Arquivolândia": o caso dos arquivos de mulheres em Portugal.”

Link Youtube: <https://www.youtube.com/live/9UXqMZcHLLs?feature=share>

Minicursos

Auto-gestão dos meus papéis: boas práticas para o tratamento de arquivos pessoais (08/08 – 14:00)

Responsável: Gislaíne Alhadas Ribeiro e Patricia Macêdo

Resumo: Fotografias, cartas, boletos, postais, registros de trabalho e diários são alguns documentos que, tomados em conjunto, revelam não apenas a trajetória de vida, gostos, hábitos e valores de uma pessoa, mas podem tornar-se valiosas fontes de pesquisa. Nesse sentido, o objetivo do curso é apresentar os principais conceitos, instrumentos e técnicas para a conservação preventiva dos documentos pessoais em formato papel.

Aspectos da informação, intimidade e privacidade dos arquivos pessoais e dos indivíduos: a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (08/08 – 16:30)

Responsável: Profa.Dra. Rosale de Mattos Souza

Resumo: Este minicurso visa refletir que a Constituição Brasileira de 1988, Constituição Cidadã, corroborada com a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527 de 2011, dentro do espaço democrático criaram um novo paradigma na sociedade brasileira, ou seja, o do acesso como regra e o sigilo como exceção. Há a partir destas normativas uma preocupação com a transparência passiva e ativa, e regras de sigilo. Todavia, existe o conflito entre o direito à informação na sociedade civil e o direito à privacidade, intimidade, honra, imagem dos indivíduos, no qual o arquivista, as instituições arquivísticas e os serviços arquivísticos devem manter o equilíbrio entre os dois direitos, com o risco de responder administrativamente, civil e penalmente por seus atos. Além disto, esta lei comparada com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD pessoais também contribui para a proteção dos dados e de não haver vazamento de dados pessoais pelas redes sociais e no ambiente web.

Práticas para Elaboração de Quadro de Arranjo em Arquivos Pessoais (08/08 – 14:00)

Responsável: Vanêssa Alves Pinheiro – Arquivista do Museu da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCMJ/PJERJ), mestre em História das Ciências e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Resumo: O minicurso pretende apresentar de forma breve os principais conceitos da arquivologia que podem subsidiar a elaboração de um quadro de arranjo, especialmente em arquivos pessoais, além de apontar de forma prática os principais caminhos e procedimentos para sua construção. Desta forma busca ampliar o conhecimento em relação as bases técnico-científicas referentes aos procedimentos necessários a tarefa do profissional de arquivo ao trabalhar tecnicamente os documentos presentes nos arquivos pessoais.

Descrição arquivística: entre a lógica e a sensibilidade (08/08 – 16:30)

Responsáveis: Martina Benassi e Patrícia Macêdo

Resumo: A Descrição Arquivística é uma etapa fundamental no processo de organização documental. A princípio, pode parecer simples, porém, um de seus principais desafios, principalmente no que tange os arquivos pessoais, é equilibrar a lógica da aplicação das normas de descrição arquivísticas com a sensibilidade profissional de poder compreender tudo aquilo que um arquivo é capaz de contar. Para isso, esse minicurso pretende apresentar caminhos para um processo de descrição que partindo das normas existentes busque outras estratégias para que os arquivistas possam realizar um trabalho mais satisfatório para o acesso e uso do acervo.